

Acordo facilita empréstimos a Estados

GOVERNADORES PODERÃO BUSCAR RECURSOS NO EXTERIOR. SENADO VAI MANTER EM 11% COMPROMETIMENTO DE RECEITAS PARA PAGAMENTO DE DÍVIDAS

Os Estados poderão tomar empréstimos externos para suprir gastos emergenciais. Com isso os governadores contornarão a insuficiência dos recursos do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, do governo federal. Além disso, algumas linhas de financiamento do Programa tiveram seus prazos dilatados e o valor máximo dos empréstimos foi elevado em 25%. O governo se comprometeu, ainda, a ajudar os Estados a rola-rem suas dívidas nos bancos oficiais e privados por mais 36 meses e a negociar, caso a caso, recursos adicionais.

Esse foi o resultado da negociação, ontem, das novas regras para o endividamento estadual. Em troca desses benefícios, o Senado não vai mais reduzir de 11% para 7% o limite máximo de comprometimento das receitas estaduais para o pagamento de suas dívidas com a União, como vinha sendo ameaçado desde quinta-feira.

O acordo foi celebrado num café da manhã no Palácio da Alvorada. Participaram, além

do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator da resolução que trata do endividamento dos Estados. Ficou acertado que o novo texto será votado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado na terça-feira.

NOVAS REGRAS FORAM
ACERTADAS ENTRE FHC,
MALAN, SARNEY E
SENADOR CARLOS
BEZERRA

O novo texto da resolução mantém o comprometimento de 11%. "Tenho uma alternativa mais em conta do que a oferecida pelo governo, só faltava a autorização da Fazenda", disse o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy. Ele tem negociado um empréstimo de R\$ 150 milhões com um pool de bancos estrangeiros liderado pelo Cambridge

Partners. Pagará ao ano uma taxa de juros de 10,5%, mais baixa que a dos empréstimos oferecidos pelo governo. "Se eu pegasse o empréstimo do governo, pagaria R\$ 86 milhões de juros em três anos", afirmou. Com isso, Alagoas deverá dispensar a ajuda do Programa de Ajuste.

Coisa semelhante deverá fazer o Mato Grosso. O governador em exercício, Márcio Lacerda, disse que deverá captar R\$ 400 milhões no Exterior para pagar suas despesas. Os gastos emergenciais do Estado somam R\$ 220 milhões e as linhas oferecidas pelo governo proporcionariam no máximo R\$ 110 milhões. O Estado, no entanto, deverá tomar o empréstimo interno, que será depois quitado com os recursos obtidos no Exterior.

Segundo Bezerra, os empréstimos externos não terão o Tesouro Nacional como avalista. Ele concluiu que o impasse político foi contornado. "A governabilidade dos Estados está mais ou menos garantida."

Lu Aiko/AE